

Privacidade dos Dados

NO ÂMBITO DO PROJETO INTEGRADOR DO 1º SEMESTRE DO 3º ANO

GABRIEL SILVA (1210808)

RICARDO FREITAS (1210828)

JOÃO RODRIGUES (1210817)

MATEUS FERNANDES (1210821)

Índice de Conteúdos

Introdução	2
Identificação e finalidade dos dados pessoais	3
Tratamento e fundamento para os dados utilizados	4
Consentimento	4
Utilização e Responsável do Tratamento dos Dados	4
Direitos do Titular dos Dados	5
Conclusão.....	6

Introdução

Este relatório tem como âmbito identificar, descrever e referir a finalidade dos dados pessoais que vão ser utilizados na aplicação desenvolvida para o projeto integrador do 1º Semestre do 3º Ano, designado por “RobDroneGo”.

Neste projeto existem vários dados que vão ser necessários recolher e tratar, visto que determinados elementos do sistema (robôs) estão constantemente a recolher dados pessoais.

Para a realização deste mesmo, o grupo de trabalho teve em consideração o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) de 4 de maio de 2016, documento que visa proteger a privacidade e o tratamento dos dados pessoais dos cidadãos europeus.

Identificação e finalidade dos dados pessoais

Ao analisar o artigo 5º ponto 1, que se refere aos princípios do tratamento de dados pessoais, que serão necessários posteriormente, podemos indicar assim os mesmos:

Username

Nome que irá identificar unicamente o utilizador, para ser possível realizar um login na aplicação.

Nome

Tratamento formal para o utilizador e para estabelecer uma comunicação direcionada.

Número de Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão

Identifica unicamente cada cidadão, e tem como finalidade a verificação da entidade do titular dos dados e cumprimento dos requisitos legais.

Número de Contribuinte

Identificação fiscal de cada utilizador, com finalidade do cumprimento de obrigações fiscais impostas por uma entidade reguladora.

Morada

Forma de contacto físico com o utilizador, tendo como finalidade a correspondência direta com o mesmo.

Número de Telefone

Número de telefone do utilizador, que tem como finalidade a correspondência direta, a notificação de serviços e forma de verificação de entidade individual.

Registo de Imagem e Voz

Registos que os robôs efetuarão do ambiente e utilizadores em redor, com um conjunto de finalidades. Este tipo de dados vai ser recolhido não só para os utilizadores do sistema, mas também para associados.

- Segurança e Monitorização
- Treino e Melhoria do Desempenho, para avaliar o desempenho dos robôs
- Resolução de Incidentes, onde as gravações podem ser úteis para implementar medidas corretivas
- Cumprimento de Requisitos Legais

Sendo assim, a empresa que opera o serviço “RobDroneGO” é responsável por este mesmo tratamento dos dados, e tem de ser capaz de comprová-lo, tal como diz o 2º ponto do artigo nº5.

Tratamento e fundamento para os dados utilizados

Consentimento

Os registos dos dados pessoais foram acordados numa primeira fase do tratamento dos dados, o que implica o seu consentimento sobre este mesmo.

Ao observarmos o artigo 6º ponto 1, verificamos que o tratamento é consentido através do que está apresentado na alínea b), onde o tratamento é necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos mesmos faz parte, bem como exigências pré contratuais, quando os titulares envolvidos fazem parte do sistema. Já os outros titulares de dados que estão associados ao sistema, o tratamento é consentido através do pressuposto na alínea a), onde o titular deu o seu consentimento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas, neste caso, a captação de imagem e voz.

Com o consentimento realizado pelo titular dos dados, é possível efetuar um contrato de trabalho, através da assinatura do titular, portador do seu respetivo Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade.

O direito a retirar o consentimento explicitamente exposto no artigo 7º ponto 3 para os titulares de dados necessários para processos contratuais implica a revogação do processo contratual, já que toda a informação facultada é necessária para exercer funções, como explícito no artigo 7º ponto 4 deste mesmo regulamento. As situações descritas no artigo 9º ponto 1 e no artigo 10º são garantidas ao titular dos dados, para que em qualquer situação irregular possa ser facultada às autoridades competentes e receber justificação pelo responsável do tratamento dos dados.

O documento/registo previamente mencionado e devidamente assinado e aprovado por ambas as partes, pode ser apresentado pelo responsável como evidência de consentimento, em conformidade com o disposto no artigo 7.º, ponto 1.

Utilização e Responsável do Tratamento dos Dados

Após o consentimento do titular, fica claro que a empresa “RobDroneGo” será a responsável pelo tratamento dos dados facultados pelos titulares destes mesmos.

Relativamente aos dados relativos ao registo de imagem e voz, estes dados vão ser utilizados para o robô efetuar um serviço eficiente e de qualidade, visto que os dados recolhidos vão ser utilizados para captar o ambiente que o rodeia, e assim obter informações necessárias para realizar o percurso de uma forma inteligente.

Quanto aos outros dados mencionados, estes têm todos como finalidade a identificação única dos titulares com processos contratuais, necessários segundo o artigo nº10, para a verificação de infrações cometidas pelos titulares.

Direitos do Titular dos Dados

Os direitos do titular são aplicados se seguirem os pontos apresentados no artigo 12º, ao concretizarem a transparência da informação e comunicação. O cumprimento deste artigo pode ser verificado através dos pontos a seguir mencionados, relativos aos direitos do titular, consultar, alterar, apagar, e opor-se a este tratamento dos mesmos.

Relativamente ao direito de consultar, como o registo dos dados é realizado sem a presença do titular, é necessário apresentar um conjunto de informações na fase em que o titular apresenta consentimento, e assim cumprindo o apresentado no artigo 14º. O titular destes mesmos dados pode consultá-los a qualquer momento, e assim apresentar ao responsável (a empresa “RobDroneGO”) se necessário alguma irregularidade, tal como apresentado no artigo 15º ponto 1.

Sendo assim, tendo em conta o ponto anterior, leva ao segundo direito do titular dos dados, relacionado com a alteração dos mesmos, de acordo com o artigo 16º, que refere que o titular dos dados tem o direito de apresentar ao responsável um pedido de retificação e alteração dos seus dados pessoais incompletos, por meio de uma declaração adicional.

O terceiro direito do titular está relacionado com o apagamento dos dados, permitindo ao mesmo obter do responsável já identificado acima pelo tratamento do apagamento dos seus dados pessoais. Contudo, os pontos 1 e 2 do artigo 17º não podem prevalecer no caso de uma obrigatoriedade contratual. Sendo assim, podem exercer deste direito quando:

- Término do contrato no seu prazo estipulado;
- Rescisão do contrato a qualquer momento, sem prejudicar o titular, evidenciando o direito de oposição conforme delineado no artigo 21.º, pontos 1, 2 e 3;
- Uso indevido de quaisquer dados mencionados no processo de consentimento;
- Utilização indevida de dados não especificados no processo de consentimento.

Após a exercício deste direito, o responsável mencionado fica encarregue de apagar todos os dados do titular relacionados com a organização, tal como consta no artigo 17º ponto 2, e assim notificar todas as mudanças efetuadas ao titular dos dados, tal como pressuposto no artigo 19º.

Conclusão

Em resumo, o relatório destaca a importância do consentimento, responsabilidade e transparência na gestão de dados pessoais, reforçando o compromisso da empresa com a proteção da privacidade dos indivíduos e o cumprimento das regulamentações de proteção de dados, e a sua responsabilidade perante o incumprimento de qualquer pressuposto, bem como a sua devida correção.